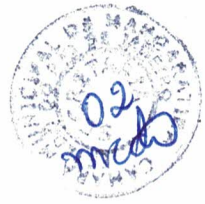
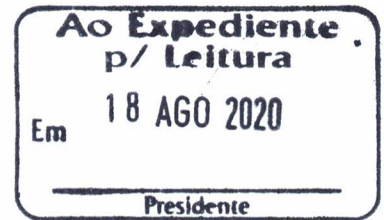




ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Prefeitura Municipal de Mangaratiba  
Gabinete do Prefeito



MENSAGEM N.º 026, DE 14 DE AGOSTO DE 2020



Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter ao exame de V. Ex.<sup>a</sup> e ilustres Vereadores o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre “*Dá nova redação ao Art. 2.º da Lei n.º 1.275 de 23 de dezembro de 2019.*”

Tendo em vista a relevância da matéria, solicito-lhe que ela seja apreciada em caráter de urgência, na forma do artigo 73, da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba.

Esperando contar, mais uma vez, com a inestimável colaboração dessa Egrégia Casa Legislativa, renovo a V. Ex.<sup>a</sup> e seus dignos Pares minha estima.

ALAN CAMPOS DA COSTA  
Prefeito

Recbi em  
14/08/2020  
mdd

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador **CARLOS ALBERTO FERREIRA GRAÇANO**  
Presidente da Câmara Municipal de  
**Mangaratiba – RJ.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito



**PROJETO DE LEI N.º XXXX DE XX DE AGOSTO DE 2020**

*Dá nova redação ao Art. 2.º da Lei n.º 1.275, de 23 de dezembro de 2019 e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** O *caput* do Art. 2.º da Lei n.º 1.275, de 23 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2.º Os benefícios previstos no art. 1.º só poderão ser concedidos se o contribuinte, dentro do prazo improrrogável de **360 (trezentos e sessenta) dias**, a contar da data da publicação desta Lei, confessar expressamente serem devidos todos os créditos tributários dos quais derivavam as multas e juros previstos naquele artigo.”*

**Art. 2.º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei n.º 1.283, de 28 de abril de 2020, e outras disposições em contrário.

Mangaratiba, xx de xxxx de 2020.

ALAN CAMPOS DA COSTA  
Prefeito



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Mangaratiba**  
*Secretaria Municipal de Fazenda*  
Gabinete do Secretário Municipal de Fazenda



**JUSTIFICATIVA:**

**CONSIDERANDO** que a forma mais adequada de reduzir a aceleração de difusão do vírus é reduzir ao máximo o número de aglomeração de pessoas, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde;

Esta solicitação se faz necessária em razão da classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus, durante o período de vigência da Lei nº. 1.275/2019 e da Lei nº. 1.283/2020.

Aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
**Marcio Ferreira**  
Secretário Municipal de Fazenda